



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE  
DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL – REGIME GERAL  
DOS ARQUIVOS E DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

**ANGRA DO HEROÍSMO, 12 DE DEZEMBRO DE 2006**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO I**  
**INTRODUÇÃO**

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 12 de Dezembro de 2006, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de Angra do Heroísmo, a fim de apreciar, relatar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia, sobre a proposta de Decreto Legislativo Regional – Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico da Região Autónoma dos Açores.

A referida Proposta de Decreto Legislativo Regional foi enviada à Comissão de Assuntos Sociais no dia 28 de Setembro de 2006 para apreciação e emissão de parecer até ao dia 19 de Outubro de 2006.

A data limite para emissão do relatório por parte da Comissão foi prorrogada até 19 de Dezembro de 2006, por solicitação da Presidente da Comissão e posterior despacho favorável do Presidente da Assembleia.

**CAPÍTULO II**  
**ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação foi apresentada pelo Governo Regional nos termos da alínea t) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa que lhe confere o poder genérico de iniciativa legislativa perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi enviada à Comissão Permanente de Assuntos Sociais ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em conjugação com o n.º 1 da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1-A/99/A.

O diploma foi igualmente enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, por despacho do Presidente da Assembleia, com o fundamento de que “envolve no âmbito de aplicação a própria ALRAA”.

A apreciação e a emissão de parecer à presente Proposta por parte da Comissão de Assuntos Sociais exercem-se em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e na alínea a) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**CAPÍTULO III**  
**PROCESSO DE ANÁLISE**

A Comissão deliberou ouvir em audição o membro do Governo Regional com competência em matéria de cultura bem como solicitar parecer às seguintes entidades:

- Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta;
- Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo;
- Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
- Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores;
- ANAFRE;



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

A Comissão reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em Ponta Delgada, no dia 16 de Outubro, para proceder à audição do Secretário Regional da Presidência, e no dia 12 de Dezembro, em Angra do Heroísmo, para analisar a Proposta de Decreto Legislativo Regional e emitir o respectivo parecer.

**Audição do Secretário Regional da Presidência:**

O Secretário Regional da Presidência fez-se acompanhar pela Consultora da Presidência do Governo Regional em matéria de Arquivo e iniciou a sua exposição procedendo a uma breve apresentação da proposta.

Neste âmbito salientou que, com o diploma em apreciação, a Região passará a dispor, pela primeira vez, de um normativo que, pela definição de objectivos e pela clarificação de opções no que concerne à política de Arquivo na Região, permite a salvaguarda da nossa memória colectiva.

Considerou ainda digno de particular ênfase o facto da proposta reconhecer o contributo de um leque variado de entidades para a salvaguarda do património arquivístico. Este reconhecimento reflecte-se no âmbito da proposta que abrange não só os arquivos da administração pública regional, mas também os arquivos da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, das autarquias e de outras entidades privadas, com a possibilidade de recurso a apoio técnico e financeiro do Governo Regional.

O Secretário Regional salientou igualmente a previsão de recurso às novas tecnologias da comunicação como forma de promover a protecção dos bens arquivísticos e de facilitar a acessibilidade aos seus conteúdos.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

A finalizar o Secretário Regional alertou a Comissão para uma discrepância entre o preâmbulo e o texto da proposta, sendo que no primeiro é feita referência a uma Comissão enquanto no segundo se fala em “serviço”.

O Sr. Secretário Regional da Presidência disponibilizou-se, assim como a Consultora da Presidência do Governo Regional em matéria de Arquivo, para qualquer esclarecimento adicional que os Deputados considerassem útil, não tendo havido qualquer solicitação nesse sentido.

**Outros pareceres:**

A Comissão não recebeu qualquer parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional em análise.

**CAPÍTULO IV**  
**APRECIÇÃO NA GENERALIDADE**

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação reconhece o valor histórico e patrimonial dos arquivos enquanto memória colectiva da nossa Região. Como tal visa estabelecer um quadro normativo conducente uma adequada gestão, preservação, valorização e disponibilização da documentação arquivística regional, quer esta seja produzida e detida pela administração regional autónoma, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelas Autarquias Locais, ou mesmo por entidades privadas.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Neste sentido é proposta a criação da Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região Autónoma dos Açores, com funções de gestão regional dos arquivos e com competência para contribuir para a definição da política arquivística regional assegurando, igualmente, o acompanhamento e fiscalização da sua execução.

O presente diploma prevê ainda a utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação como forma de facilitar a gestão e a preservação dos bens arquivísticos, sem prejuízo da defesa da fiabilidade e da integridade dos mesmos.

**CAPÍTULO V**  
**APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE**

Na especialidade os Deputados do Partido Socialista apresentaram as seguintes propostas de alteração que foram analisadas em sede de Comissão:

**PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO**

**Secção II**

(...)

**Artigo 3º-A**

**Princípio da inventariação**

**À Região Autónoma dos Açores compete promover a inventariação do património arquivístico regional, assegurando o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais com vista à respectiva identificação, e apoiar a organização dos arquivos regionais, qualquer que seja a sua natureza.**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**Artigo 3º-B**

**Princípio da acessibilidade**

**À Região Autónoma dos Açores compete garantir, facilitar e promover o acesso à documentação detida por entidades públicas regionais.**

**Artigo 4.º**

**(...)**

**[Eliminado].**

**Artigo 5º**

**Princípio da preservação e valorização do património**

- 1. É direito e dever da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, dos serviços e organismos da administração pública regional, incluindo os serviços personalizados, fundos autónomos e institutos públicos regionais, da administração local, e de todos os cidadãos e entidades privadas residentes na Região Autónoma dos Açores, preservar, defender e valorizar o património arquivístico regional.**
- 2. Todos os serviços e organismos abrangidos pelo âmbito de aplicação do presente diploma estão obrigados a colaborar entre si na concretização dos objectivos previstos neste decreto legislativo regional.**

**Artigo 6º**

**[Eliminado].**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO II**

**(...)**

**Secção I**

**Arquivo**

**Artigo 9º-Aº**

**Conceito**

- 1. Arquivo corresponde a um conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua actividade por uma entidade, pública ou privada, e conservados, respeitando a organização inicial, tendo em vista objectivos de gestão administrativa, de prova ou de informação, ao serviço das entidades que os detêm, dos investigadores e dos cidadãos em geral.**
- 2. Arquivo corresponde ainda a uma instituição ou unidade administrativa responsável pela custódia, conservação e comunicação dos documentos de arquivo que, no âmbito da instituição a que pertença, colabora na produção documental e na normalização dos circuitos.**

**Artigo 9º-B**

**Documento de arquivo**

**O documento de arquivo corresponde ao testemunho, qualquer que seja a sua data, forma ou suporte material que contém uma informação e é produzido ou recebido por uma entidade pública ou privada no exercício da sua actividade.**





**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**Secção II**  
**Arquivos Públicos Regionais**

**Artigo 9º-C**  
**Fases dos conjuntos documentais**

**Os conjuntos documentais observam as seguintes fases:**

- a) A fase corrente - constituída por documentos correspondentes a processos ainda não concluídos, em que os mesmos são necessários, prioritariamente, à actividade do organismo que os produziu ou recebeu;**
- b) A fase definitiva - em que os documentos são considerados de conservação permanente, para fins probatórios, informativos ou de investigação e que a sua importância intrínseca seja reconhecida em função da preservação da memória do organismo e da Região.**

**Artigo 10º**  
**(...)**

**[Eliminado].**

**Artigo 11º**  
**(...)**

**[Eliminado].**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Artigo 12.º

(...)

1. **Integram o sistema regional de arquivos:**

a) A **comissão coordenadora** para os arquivos da Região Autónoma dos Açores, **adiante designada por comissão coordenadora** ;

b) (...);

c) (...).

2. A composição, **as competências** e o funcionamento da comissão coordenadora referida na alínea a) do número anterior constam de decreto regulamentar regional.

Artigo 13.º

(...)

1. **A gestão de documentos é o controlo eficiente e sistemático da produção, recepção, manutenção, utilização e destino final dos documentos de arquivo, incluindo os processos para constituir e manter prova e informação sobre actividades e transacções.**

2. Anterior n.º 1.

3. **Todos os documentos públicos devem garantir a autenticidade e a integridade dos conteúdos informativos, a confidencialidade e a respectiva conservação, independentemente das técnicas e dos suportes utilizados.**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**Artigo 13º-A**

**Avaliação e selecção de documentos**

- 1. A avaliação dos documentos de arquivo respeita à determinação do seu valor para efeitos da respectiva conservação permanente ou eliminação, findos os prazos de conservação em fase activa, a estabelecer nos termos dos artigos 13º-Bº e 15º deste diploma.**
- 2. Os prazos de conservação dos documentos são contados a partir da data em que os mesmos foram mandados arquivar e, na sua falta, da data final dos processos ou dos documentos integrados em colecção, dos registos ou da constituição dos dossiers.**
- 3. Cabe à comissão coordenadora a determinação do destino final da documentação na posse de qualquer dos serviços referidos nas alíneas a), b) e c) do nº1 do artigo 15º, sob proposta do dirigente máximo destes mesmos serviços.**

**Artigo 13º-B**

**Documentos de conservação permanente**

**São considerados documentos de conservação permanente as séries ou subséries documentais que:**

- a) Contenham documentos relativos à criação e constituição, organização e regulamentação do organismo produtor, bem como à sua extinção;**
- b) Reflectam o funcionamento do organismo, bem como a evolução das suas políticas e estratégias;**
- c) Retratem as funções específicas do organismo;**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

- d) Retratem sumariamente os meios de que o organismo dispõe no cumprimento das suas funções;**
- e) Permitam medir o impacte e a eficácia das actividades desenvolvidas;**
- f) Integrem documentos que garantam a protecção de direitos do organismo produtor, de outras entidades e indivíduos;**
- g) Incluam documentação relativa a casos de contencioso ou firmem jurisprudência;**
- h) Sirvam ao controlo arquivístico;**
- i) Contenham documentos referentes a factos particularmente relevantes da vida do organismo;**
- j) Contenham documentos de divulgação ou promoção do organismo;**
- k) Veiculem informações relevantes sobre acontecimentos, movimentos ou tendências em história política, económica, social, cultural, religiosa ou científica.**

**Artigo 14.º**

**(...)**

- 1. O processo de avaliação inicia-se com a constituição de uma equipa de avaliação, a criar no âmbito do serviço interessado, a qual procederá:**
  - a) Ao levantamento de toda a documentação existente no respectivo serviço, fazendo constar os dados recolhidos em documento apropriado, a fornecer pela comissão coordenadora;**
  - b) À elaboração de projecto de regulamento que contenha a tabela de selecção de documentos da qual conste, designadamente, a classificação da documentação, designação da série e subsérie**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**documental, prazo de conservação em fase activa e indicação do destino final.**

2. Anterior ponto único.

**Artigo 15.º**  
**(...)**

1. (...):

- a) (...);
  - b) (...);
  - c) Por despacho do presidente do órgão executivo **da autarquia local**, após aprovação do órgão deliberativo.
- 2. O parecer da comissão coordenadora referido no nº 1 deste artigo deve ser emitido no prazo de 60 dias úteis a contar da recepção do respectivo pedido de parecer.**

**Artigo 16.º**  
**(...)**

1. (...).

2. A eliminação dos documentos que não estejam mencionados na respectiva tabela de selecção carece de autorização expressa do membro do Governo Regional com competência em matéria de administração pública; **no caso da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de despacho do respectivo Presidente, e no**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

caso das autarquias locais, do presidente do órgão executivo, ouvida a comissão coordenadora.

3. (...).

**Artigo 16º-A**

**Substituição do suporte**

1. A substituição do suporte dos documentos obedece a critérios que garantam a sua preservação, segurança, autenticidade, durabilidade e consulta, de acordo com as normas técnicas e recomendações consagradas a nível internacional, designadamente pela *International Standard Organization*, abreviadamente designada por ISO.
2. Os documentos de conservação permanente devem ser mantidos no seu suporte original, excepto nos casos cuja substituição seja prévia e expressamente autorizada pela comissão coordenadora, a quem compete a definição dos seus pressupostos técnicos.

**Artigo 16º-B**

**Microfilmagem de documentos**

1. Os serviços abrangidos pelo presente diploma podem recorrer à microfilmagem dos seus documentos como forma de conservação da informação, a realizar em serviço da entidade interessada ou mediante recurso a entidade para tal habilitada, com observância dos critérios estabelecidos no artigo anterior.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

2. O suporte fílmico a que alude o número anterior não poderá apresentar cortes, emendas ou quaisquer outras alterações que ponham em causa a sua integridade e reproduzirá os respectivos termos de abertura e de encerramento referidos no artigo anterior.
3. Do termo de abertura constará obrigatoriamente a identificação dos responsáveis pela transferência da informação, local, data de execução da transferência e a natureza dos documentos microfilmados.
4. Do termo de encerramento constará a declaração de que as imagens constantes do microfilme são reproduções totais e exactas dos documentos originais, a assinatura do responsável pelo serviço de microfilmagem e o carimbo respectivo.
5. Deverá ser elaborado um registo e fichas de controlo de qualidade do suporte fílmico produzido.
6. As cópias obtidas a partir de microcópia autenticada têm a força probatória do original, nos termos do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 447/88, de 10 de Dezembro.

Artigo 17.º

(...)

O uso de outros meios técnicos de substituição do suporte de documentos para além da microfilmagem, designadamente o suporte digital, só pode fazer-se desde que seja obtida para o efeito a autorização expressa do membro do governo com competência em matéria de administração pública; **no caso da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do seu presidente e**, no caso das autarquias locais, do presidente do órgão executivo, ouvida a comissão coordenadora, fundamentada na capacidade do meio a



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

empregar para cumprir com os requisitos estabelecidos no artigo anterior do presente diploma.

**Artigo 17º-A**

**Contratação para a gestão de arquivos públicos**

O recurso à contratação de entidade externa para a gestão, conservação e custódia de qualquer arquivo público, tem carácter excepcional e só é autorizado em caso de urgência devidamente fundamentada pelo respectivo membro do Governo Regional; no caso da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores pelo seu presidente, e no caso das autarquias locais, pelo presidente do órgão executivo.

**Secção III**

**Arquivos Privados**

**Artigo 17º-B**

**Definição**

1. São arquivos privados os produzidos por entidades privadas, cuja actividade se desenvolva na Região Autónoma dos Açores.
2. Os arquivos privados distinguem-se em arquivos de pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público e arquivos de pessoas singulares ou colectivas privadas.





**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO III**  
**COMUNICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO**  
**REGIONAL**

**Artigo 24.º**  
**Comunicação**

1. (...).
2. (...).
3. Exceptuam-se do número anterior as situações em que os dados pessoais puderem ser expurgados do documento que os contem, sem perigo de identificação, se houver consentimento unânime dos titulares dos interesses legítimos a salvaguardar. (...)
4. **Exceptuam-se ainda os casos em que tenham decorrido 50 anos sobre a data da morte da pessoa a que respeitam os documentos ou, não sendo esta data conhecida, decorridos 75 anos sobre a data dos documentos.**
5. **Anterior n.º 4.**
6. **Anterior n.º 5.**

**Artigo 27º**

[Eliminado].



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO IV**

(...)

**Artigo 29.º**

(...)

1. (...)

- a) A alienação, divisão ou permuta de bens arquivísticos classificados ou em vias de classificação, em contravenção às regras estipuladas **na legislação nacional**;
- b) (...);
- c) (...);
- d) A oposição não justificada ao exame decorrente da função técnico-inspectiva **da comissão coordenadora**;
- e) (...);
- f) (...).

2. (...).

3. (...).

**Artigo 30.º**

(...)

O processamento das contra-ordenações compete **à comissão coordenadora**, cabendo ao seu **coordenador** a aplicação das respectivas coimas.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Artigo 31.º

(...)

1. Quando um bem arquivístico classificado, em vias de classificação ou susceptível de o ser se encontre em perigo de perda, destruição ou deterioração, podem ser determinadas pelo membro do Governo com competência em matéria de política arquivística; **no caso da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo seu Presidente, e** no caso das autarquias locais, **pelo** presidente do órgão executivo, as providências cautelares ou as medidas técnicas de conservação indispensáveis e adequadas ao caso.
2. Se as medidas de conservação importarem para o respectivo proprietário a obrigação de praticar determinados actos deverão ser fixados os prazos e as condições da sua execução, nomeadamente o apoio a prestar **pela comissão coordenadora**.
3. Sempre que quaisquer providências cautelares forem julgadas insuficientes ou as medidas de conservação não forem acatadas ou executadas no prazo e nas condições impostas pode o membro do Governo com competência em matéria de política arquivística, **no caso da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seu Presidente, e** no caso das autarquias locais, o presidente do órgão executivo ordenar que os bens arquivísticos sejam transferidos, a título de depósito, para a guarda de arquivos públicos, por um período não superior a cinco anos.
4. (...).



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

As propostas de alteração apresentadas na Comissão pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista foram aprovadas por maioria, com os votos favoráveis dos Deputados do Partido Socialista e a abstenção dos Deputados do Partido Social-Democrata, que reservaram a sua posição para Plenário.

A Comissão deliberou, por maioria, propor a sua aprovação em Plenário.

**Notas para Redacção Final:**

- Onde se lê: “serviço coordenador para os arquivos da Região Autónoma dos Açores” deve ler-se: “comissão coordenadora para os arquivos da Região Autónoma dos Açores”;
- Onde se lê: “Assembleia Legislativa Regional” deve ler-se: “Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”;
- Onde se lê: “membro do Governo Regional que superintende nos serviços...” deve ler-se: “membro do Governo Regional com competência em matéria de...”;
- Onde se lê: “membro do Governo Regional responsável pela ...” deve ler-se: “membro do Governo Regional com competência em matéria de ...”;
- Onde se lê: “membro do Governo Regional que tutela ...” deve ler-se: “membro do Governo Regional com competência em matéria de ...”;
- Onde se lê “particular” deve ler-se “privado”;
- Alterar os tempos dos verbos por forma a que todos se conjuguem no presente do indicativo.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO VI**  
**PARECER**

A Comissão deliberou por maioria, com os votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e a abstenção dos deputados do Partido Social Democrata, que reservam a sua posição para o Plenário, que a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico da Região Autónoma dos Açores se encontra em condições de ser levada a Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com a introdução das alterações votadas em sede de Comissão.

Angra do Heroísmo, 12 de Dezembro de 2006.

A Relatora

(Nélia Amaral)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

(Cláudia Cardoso)